

Selo Antirracista certifica mais de 200 escolas públicas de Sergipe

Cerimônia marcou a consolidação da política que promove equidade racial

O governo de Sergipe, por meio da Secretaria de Estado da Educação, realizou, na manhã desta terça-feira, 14, a cerimônia de entrega da 3ª edição do Selo Escola Antirracista Professora Maria Beatriz Nascimento. O evento, ocorrido no Teatro Tobias Barreto, certificou 248 unidades da rede pública estadual de ensino, reconhecendo práticas pedagógicas voltadas ao enfrentamento do racismo e à promoção de uma educação plural, inclusiva e equitativa.

Ao longo de três edições, o crescimento do programa evidencia sua consolidação: foram 123 escolas certificadas em 2024 (referente a 2023), 170, em 2025 (referente a 2024) e, agora, em 2026, 248 unidades reconhecidas pelas ações desenvolvidas em 2025. O número representa cerca de 78% da rede estadual engajada em práticas antirracistas. A meta do Governo de Sergipe é atingir as 319 unidades da rede pública estadual de ensino e, desta forma, garantir a universalização do Selo Escola Antirracista em Sergipe.

Durante a cerimônia desta terceira edição, o vice-governador Zezinho Sobral destacou que o selo simboliza uma concepção ampliada de educação pública. Segundo ele, a escola deve ser entendida como 'território de equidade', indo além de indicadores de desempenho. "A educação pública não se resume



Ascom SE

A meta do Governo de Sergipe é atingir as 319 unidades

a notas ou aprendizado técnico, mas, sobretudo, à inclusão. É um espaço onde todos são acolhidos, respeitados e têm oportunidades, independentemente de sua origem social ou racial", afirmou.

O secretário-executivo da Seed, Marcel Resende, defendeu que o enfrentamento ao racismo passa, necessariamente, por uma postura ativa das instituições de ensino e da sociedade. "Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista. Isso significa assumir uma posição, apoiar políticas afirmativas e agir concretamente para

corrigir desigualdades que foram historicamente construídas", frisou.

Ao contextualizar o racismo no Brasil, ele recorreu à análise do quadro 'A Redenção de Cam', de Modesto Brocos, para explicar como a ideologia do embranquecimento foi naturalizada no país. Segundo Resende, a obra reflete um período em que teorias eugenistas influenciaram políticas públicas, estimulando a imigração europeia enquanto a população negra, recém-liberta da escravidão, foi abandonada sem acesso a

direitos básicos como educação, terra e trabalho. "Quando ignoramos esse passado, corremos o risco de reproduzir as mesmas desigualdades no presente. O racismo estrutural não é uma abstração; ele se manifesta nos indicadores sociais, nas oportunidades educacionais e nas trajetórias de vida da população negra", pontuou.

Resende também criticou discursos contrários às políticas de cotas e outras ações afirmativas, classificando-os como tentativas de desconsiderar o processo

histórico de exclusão. Para ele, a escola pública tem papel central nesse enfrentamento. "É no espaço escolar que promovemos o debate qualificado, a conscientização e a formação de cidadãos capazes de transformar a realidade. A educação é o caminho mais consistente para romper com esse ciclo histórico de desigualdades", considerou.

O diretor do Departamento de Educação (DED), Genaldo Freitas, enfatizou que o avanço do Selo Escola Antirracista é resultado de um esforço coletivo que mobiliza toda a rede estadual de ensino. Segundo ele, o enfrentamento ao racismo nas escolas só se torna efetivo quando envolve, de forma integrada, professores, gestores, estudantes e equipes técnicas.

Genaldo também pontuou que os resultados desse engajamento ultrapassam o campo simbólico e já se refletem em conquistas concretas para a educação do estado. Entre elas, destacou o alcance do 'Valor Aluno Ano Resultado', indicador nacional que reconhece avanços na qualidade e na equidade educacional. "Quando falamos em equidade, em combate às desigualdades, isso também se traduz em indicadores. O VAAR é uma conquista coletiva da nossa rede, que mostra que estamos no caminho certo, promovendo inclusão, garantindo direitos", concluiu.

Governo do Ceará empossa novos servidores em agência

José Wagner -

Mais uma ação que o governo do Ceará realiza para o fortalecimento do setor agropecuário por meio da reestruturação da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (Adagri). Na terça-feira-feira (14), 44 novos servidores da Agência, aprovados no concurso realizado em 2025, tomaram posse. O concurso atende a uma demanda antiga da Adagri e foi um compromisso assumido pelo governador Elmano de Freitas em sua gestão.

A solenidade aconteceu no Palácio da Abolição e comandada pela vice-governadora do Estado, Jade Romero, e pelo presidente da Adagri, Elmo Aguiar. Também estavam presentes o secretário do Desenvolvimento Econômico do Ceará (SDE), Fábio Feijó, os secretários executivos da SDE, Silvio Carlos e Renys Frota, além de diretores, gerentes, servi-



O concurso atende a uma demanda antiga da Adagri

dores e colaboradores da Adagri.

"Vocês têm uma missão muito nobre, a missão de fortalecer um setor econômico fundamental para o nosso estado, o setor agropecuário, de fazer a fiscalização, a orientação e ser também um braço forte dos passos que o

Governo ainda quer dar para o crescimento da nossa economia. Trazer confiança para o setor agropecuário é fundamental para que o Ceará siga avançando e fortalecendo o povo cearense", discursou a vice-governadora, Jade Romero.

PE evita perda de R\$ 78 mi na educação

A Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco (PGE-PE) obteve, em 8 de abril, uma decisão liminar na 10ª Vara Federal que obriga o Inep a reabrir o sistema Educacenso 2025 para correção de dados de 157 escolas da rede estadual, medida que evita um prejuízo de R\$ 78,7 milhões nos repasses do Fundeb em 2026.

O problema teve origem em uma falha técnica durante a migração de dados do Sistema de Informações Educacionais de Pernambuco (Siepe) para o Educacenso, que classificou incorretamente 46.081 matrículas de tempo integral como tempo parcial em 1.328 turmas. O erro ocorreu porque apenas os dados da Formação Geral Básica foram migrados, sem a inclusão dos Itinerários Formativos, deixando a carga horária registrada abaixo do

mínimo exigido para o ensino integral.

Após ter o pedido de correção negado administrativamente pelo Inep, o Estado recorreu à Justiça, que reconheceu tanto a natureza técnica e sistêmica do erro quanto a urgência da correção, dado o risco de fechamento definitivo do Censo com dados incorretos.

Ajustes

Com a reabertura do sistema, Pernambuco terá cinco dias úteis para realizar os ajustes e garantir que os repasses reflitam a realidade da rede estadual. A medida também assegura maior precisão nas informações educacionais utilizadas pelo governo federal para cálculo dos recursos, evitando impactos diretos no financiamento das escolas e na manutenção das atividades pedagógicas.